

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A CRISE DO ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL E O SURGIMENTO DO
NEOLIBERALISMO

André Mollica Medeiros
9414676-8

Orientador: Maria Gabriela Carneiro de Carvalho

Novembro de 1999

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Ao meu grande amigo Flávio ,
que tanto contribuiu para que o presente trabalho torna-se realidade.

A CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR-ESTAR SOCIAL E
O SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO

ÍNDICE

Apresentação:

I – Introdução	5
I.1 – Objetivo	5
I.2 – O Estado do Bem-Estar Social	6
I.3 – As origens da crise econômica mundial	9
I.4 – O primeiro choque do Petróleo	10
I.5 – O Descontrole das políticas econômicas.....	12
II – O Neoliberalismo	14
II.1 – As origens	14
II.2 – O neoliberalismo na Prática	15
III – O caso Francês: A guinada radical.....	19
III.1 – O Estado altamente intervencionista	19
III.2 – Políticas macroeconômicas: A primeira tentativa neoliberal...21	21
III.3 – A chegada dos socialistas ao poder	22
III.4 – A diferença entre a retórica e a prática.....	24
IV – Conclusão.....	29
 Bibliografia.....	 32

I. INTRODUÇÃO:

I.1 Objetivo:

Após 1973 o Mundo desenvolvido perdeu suas referências, Os programas políticos da maioria dos governos na década de 70, e as políticas da maioria dos Estados, baseavam-se na suposição de que os problemas eram apenas temporários. Um ano ou dois trariam a volta da velha prosperidade e crescimento. Não havia necessidade de mudar os programas que haviam servido tão bem durante uma geração. A única alternativa oferecida era a propagada pela minoria de teólogos ultraliberais. Mesmo antes da recessão, a isolada minoria de crentes no livre mercado irrestrito já começara seu ataque ao domínio dos keynesianos.

O objetivo desse trabalho é mostrar como essa minoria de então, se tornou uma quase unanimidade nos dias de hoje, ou seja é mostrar as circunstâncias do surgimento do neoliberalismo e a sua importância na ruptura das estruturas estabelecidas no período subsequente à Segunda guerra mundial.

I.2 O Estado do Bem-Estar Social

O capitalismo do pós-guerra foi um sistema reformado a ponto de ficar irreconhecível, em grande parte pelos homens em condições de fazê-lo nos Países da OECD durante os últimos anos da guerra. A experiência do entre guerras e sobretudo da grande depressão tinham sido tão catastróficas que ninguém podia sonhar, como muitos homens na vida política tinham feito após a primeira guerra mundial, em retornar o mais breve possível à época anterior. Todos que planejavam a economia do pós guerra haviam vivido a grande depressão. Alguns como J.M.Keynes, se achavam na vida pública desde 1914. E se a memória econômica da década de 1930 não fosse o bastante para aguçar seu apetite por reformar o capitalismo, os riscos políticos fatais de não fazê-lo eram patentes para todos os que acabavam de combater a Alemanha de Hitler.

Algumas coisas pareciam claras para estes formuladores de decisões. A catástrofe do entreguerras que de modo nenhum se devia deixar retornar, se deveria em grande parte ao colapso do sistema comercial e financeiro global e a conseqüente fragmentação do mundo em pretensas economias ou impérios nacionais autárquicos em potencial. O sistema Global fora um dia estabilizado pela hegemonia da economia britânica, e da Libra Esterlina. No entreguerras a Grã-Bretanha e a libra não eram mais suficientemente fortes para carregar esse fardo que agora só podiam ser assumidos pelos EUA e o dólar. A Grande depressão se deveria ao fracasso do livre mercado irrestrito. Daí em diante o mercado teria de ser suplementado pelo esquema de planejamento público e administração econômica, ou trabalhar dentro dele. E Finalmente por motivos sociais e políticos não se devia permitir o retorno ao desemprego em massa.

Em suma, por diversos motivos, e influenciados por idéias keynesianas, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao laissez-faire e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos - pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias devastadas pela guerra – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do estado na economia, afinal fora desta maneira que países como os EUA e a Inglaterra tinham orientado suas economias de guerra.

Assim governos europeus, como o do Partido Trabalhista Inglês (1945 – 1949), efetivamente adotaram políticas que visavam proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos e controlar os efeitos maléficos do ciclo econômico. Aplicaram também, uma política tributária progressiva de modo a possibilitar a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social e seguro desemprego. Nos Estados Unidos, algumas dessas políticas já haviam sido adotadas no período de vigência do New Deal e o pós-guerra representou uma continuação desta tendência.

O grande êxito obtido por essas políticas baseou-se num conjunto de estruturas características do período: o padrão de pleno emprego; a provisão de serviços sociais à lares habitados por famílias tradicionais encabeçadas por um homem assalariado; a extensão da educação universal até a adolescência; a operação de uma economia mista, com um setor privado obrigado a prestar contas ao governo e a vitalidade de uma democracia parlamentar sustentada por partidos de massa.

Nesse período, as economias dos países desenvolvidos conheceram um crescimento sem precedentes históricos, quer pela sua intensidade, quer pela sua

duração. Assim, enquanto a taxa anual média de crescimento econômico, no século XIX, era apenas de 1,5 a 2% e, entre as duas guerras se verificou uma situação próxima da estagnação, o crescimento foi de 5% ao ano ao longo de 30 anos após a Segunda guerra mundial.

O que marcou sobretudo esse crescimento foi a ausência de crises importantes, como aquelas que tinham caracterizado o século XIX e o início do século XX. Podia-se pensar que uma vez terminada a reconstrução, as economias capitalistas se precipitariam de novo no inevitável ciclo da prosperidade e da depressão. Muitos economistas, incluindo o Próprio Keynes, previam, no pós-guerra, o início de um longo período de estagnação. De fato, nada disso se passou: o crescimento, quando muito, registrou fases de abrandamento e de aceleração, mas nunca uma recessão propriamente dita, com recuo do nível de atividade econômica. Os dois aspectos estão aliás, ligados: se a expansão foi rápida é porque as flutuações foram consideravelmente amortecidas, enquanto, anteriormente, o crescimento era normalmente prejudicado por fases de recuo. O grande crescimento efetuou-se portanto, num quadro de estabilidade.

A responsabilidade da grande prosperidade era geralmente atribuída à adoção generalizada pelos governos do pós-guerra de políticas econômicas keynesianas destinadas a assegurar o crescimento na estabilidade, bem como à construção de um sistema econômico internacional assente na cooperação e, muito particularmente, nas instituições do livre-cambismo e das paridades fixas reguladas pelo dólar padrão. Estes estímulos eram corrigidos, de tempos em tempos, por políticas destinadas a conter as derrapagens ocasionais da inflação e dos déficits.

I.3 As origens da crise econômica mundial

Ao longo dos anos 70, a economia mundial passou da era da expansão à era da estagflação, isto é, uma situação marcada pela coexistência da inflação e do desemprego. Foi a partir do final dos anos 60 que os primeiros sinais de descontrole começaram a aparecer por todos os lados. Mas foi nos Estados Unidos, farol da economia mundial e guardião, desde 1945, do crescimento com estabilidade, que a deterioração foi mais evidente.

Depois dos "belos anos" de 1961-1966, o crescimento americano começou a abrandar em 1967. Um importante déficit orçamental apareceu nesta altura, oscilando entre 1 e 5% do PNB. Este déficit explicava-se simultaneamente pela desaceleração das receitas fiscais e pelo aumento das despesas públicas, sobretudo com a guerra do Vietnã que absorvia gastos militares cada vez mais elevados.

No início da administração Nixon, em 1969, a inflação atingia alarmantes 5%. Assim, foram tomadas medidas monetárias restritivas que, no entanto, tiveram pouca eficácia sobre os desequilíbrios do orçamento, dos preços e dos pagamentos externos. Mas, tiveram o efeito negativo de reduzir o crescimento do PNB à praticamente zero, aumentar a taxa de desemprego de 3,5% para 6% e provocar uma crise de liquidez que restringiu o crédito para as empresas. Não satisfeito com a conjuntura econômica, o presidente Nixon anunciou então, em 15 de Agosto de 1971, uma "nova política econômica", a NEP. O anúncio decretava o fim definitivo do Padrão Ouro, um dos pilares da prosperidade econômica das décadas anteriores. Um cenário que já se desenhava desde meados da década de 60, quando o mercado começou a manifestar uma falta de confiança em relação ao dólar, e o banco central americano passou a ser solicitado por um número crescente de operadores que desejavam trocar seus dólares

por ouro. De 1958 a 1968, o estoque de ouro de forte Knox diminuiu em mais de metade - de 22 para 10 Bilhões de dólares. As autoridades americanas tomaram então diversas medidas que conduziram ao desmantelamento do sistema de Bretton Woods: embargo parcial do ouro em 1968; instalação de um mercado paralelo do ouro; e, finalmente, declaração da inconvertibilidade do dólar em ouro.

O abandono em Agosto de 1971, com a NEP, das paridades cambiais fixas não modificou significativamente a pressão baixista que se exercia contra o dólar. Antes de 1971, os países ocidentais aliados dos Estados Unidos faziam os seus bancos centrais comprar dólares e renunciavam a convertê-los em ouro para preservar o sistema. Depois de 1971 os bancos centrais continuaram a comprar dólares para impedir uma baixa da moeda americana prejudicial às suas economias. Em contrapartida, emitiam as suas moedas nacionais em grandes quantidades, num processo inflacionista. Os dólares eram imediatamente reaplicados em títulos do Tesouro americano, o que não implicava nenhuma transferência de rendimento real por parte dos Estados Unidos, que se encontrava assim na situação confortável de um devedor a quem os credores colocam constantemente à disposição somas a título de reembolso.

I.4 O primeiro choque do Petróleo

O primeiro choque do petróleo ,em 1973, foi apenas o estopim da crise que já se desenhava no final dos anos 60 e no início dos anos 70. A crise empurrou a economia dos países ocidentais e o conjunto da economia mundial para uma situação de recessão, de subemprego, de inflação, de desequilíbrios externos maciços e para um clima generalizado de inquietação e de desconfiança quanto ao futuro.

No dia 16 de outubro de 1973, dez dias após o início da guerra do Kippur, os países árabes exportadores de petróleo decretaram, como represália, um embargo das suas exportações para os países considerados favoráveis a Israel. Simultaneamente, passaram a decidir unilateralmente o preço do petróleo bruto do Golfo, até então determinado pelas grandes companhias. Dando-se conta da explosão dos preços no mercado livre, os países da OPEP decidiram aumentar os preços do petróleo - uma primeira vez em Outubro e uma segunda em Dezembro de 1973. Em alguns meses, o preço do barril do petróleo bruto passou de 3 para 11 dólares. No entanto, o choque petrolífero não foi causado pela OPEP. A função de um cartel não é a de provocar a subida dos preços: é antes a de tentar impedir a sua queda. Não foi a OPEP propriamente dita que decidiu a subida brutal no fim de 1973, mas os mecanismos de mercado, num contexto de escassez temporária e, sobretudo, de formidáveis pressões inflacionistas alimentadas por um dilúvio de dólares. Esta subida teve um efeito imediato de causar uma enorme gasto extra para os principais países consumidores; o aumento da fatura petrolífera a pagar atingiu 70 mil milhões de dólares em 1974, isto é cerca de 2% do PNB dos países ocidentais. A sua importância foi maior para os países mais dependentes: 4% para o Japão, 2,5% para a Alemanha, 1,5% para a França e a Itália.

O choque petrolífero provocou, em 1974 e 1975, uma recessão profunda na economia mundial, cuja amplitude não tinha tido equivalente desde a guerra. A crise manifestou-se por meio de três desequilíbrios. O crescimento médio dos países desenvolvidos foi nulo em 1974, e 1,3% negativos em 1975, enquanto, anteriormente, era de 5%. A aceleração da inflação foi muito superior ao efeito mecânico da difusão da subida do preço do petróleo, já que passou, em média, de 8% em 1973, para 13% em 1974 e 1975: alguns países como o Reino Unido, a Itália ou o Japão, registraram

subidas muito mais acentuadas, atingindo por vezes os 25%. Tanto os países desenvolvidos, como os países em desenvolvimento importadores de petróleo, registraram um profundo desequilíbrio dos pagamentos externos em 1974 e 1975. Em compensação, o saldo dos países da OPEP tornou-se fortemente superavitário.

I.5 O descontrole das políticas econômicas

O sinal mais nítido da crise foi dado pela revisão dos objetivos e dos instrumentos da política econômica. Depois do choque petrolífero de 1973, os governos ocidentais tentaram evidentemente reagir. Nem todos o fizeram da mesma maneira e pode-se, desse ponto de vista, distinguir um grupo de países com problemas duradouros. Os Estados Unidos, o Japão e sobretudo a Alemanha, tomaram, desde a primavera de 1973, medidas restritivas destinadas a arrefecer a aceleração inflacionista das suas economias. Estas medidas, relativamente severas, conjugadas com o aumento do preço do petróleo, provocaram nesses três países, em 1974 e 1975 fortes recessões. Em contrapartida, a balança comercial equilibrou-se rapidamente e a inflação foi dominada. Puderam então ser aplicadas políticas expansivas que conduziram a uma retomada bastante nítida do crescimento em 1976-1977. O Reino Unido, por seu lado, não tomou verdadeiramente medidas restritivas. A Suécia e os países escandinavos conheceram uma situação muito similar, bem como a maioria dos pequenos países da OCDE, a Holanda, a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, etc. Estes países eram na sua maioria governados por partidos social-democratas, submetidos às pressões de sindicatos que não queriam ouvir falar de rigor econômico e, evidentemente, de austeridade ainda menos. Optou-se em lutar antes de mais nada contra o desemprego, por meio do déficit orçamental; as ajudas às empresas e aos setores em dificuldades multiplicaram-se; os salários continuaram a perseguir os

preços em alta. Chegou-se assim a taxas de inflação gigantescas, da ordem dos 20% ou mais, enquanto aumentavam os déficits orçamentais e das balanças de pagamentos.

Entre os pequenos países da OECD, é preciso assinalar o caso da zona de influência e econômica alemã - Holanda, Suíça e Áustria - que acompanharam a RFA e o marco na via da convalescência rápida. De 1976 a 1979, a economia mundial conheceu um reaquecimento: houve uma trégua na inflação, o crescimento voltou aos 3% e os desequilíbrios externos foram corrigidos. No entanto, no auge desta retomada, aconteceu o segundo choque petrolífero: a revolução islâmica no Irã conduziu a uma interrupção das exportações de petróleo deste país durante alguns meses. Sob o duplo efeito da especulação e do pânico, os preços do petróleo bruto foram multiplicados por 2, passando de 16 para 34 dólares por barril e provocando efeitos análogos ao primeiro choque petrolífero: inflação galopante, quebra do nível de atividade, forte aumento do desemprego. No entanto, após o primeiro choque em 1973, os formuladores de política econômica mudaram a sua forma de pensar profundamente, abrindo caminho a reações inteiramente diferentes. Assim, enquanto nos anos 50 e 60 reinava o consenso sobre os objetivos e as certezas quanto aos instrumentos da política macroeconômica, tudo isto se foi mostrando abalado ao longo dos anos 70. Já não se sabia se era preciso lutar primeiro contra a inflação ou contra o desemprego, já que os dois fenômenos já tinham se tornado simultâneos. Estava aberto o caminho para os neoliberais.

II. O NEOLIBERALISMO:

II.1 As Origens

Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de Origem é “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna.

Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de Bem-Estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construía, não somente na Inglaterra, mas também em

outros países, Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado do bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americanos. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Era a maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro - , apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulamentação do mercado por parte do Estado. A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si - , pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos.

A chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e

nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.

II.2 O Neoliberalismo na prática

A hegemonia deste programa não se realizou da noite para o dia. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OECD tratava de

aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social-democrata de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita.

Na prática, O modelo inglês foi o mais puro. Os seguidos governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, reprimiram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.

A variante norte-americana era bem distinta. Devido à competição armamentista com a Rússia comunista, os EUA não respeitaram a disciplina orçamentária. Devemos ressaltar entretanto, que Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Além disso, os EUA, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo de um déficit massivo na balança de pagamentos.

No continente europeu, os governos de direita deste período praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas,

mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos. Contudo, a distância entre essas políticas e as da social-democracia governante anterior já era grande. E, enquanto a maioria dos países no norte da Europa elegia governos de direita empenhados em várias versões do neoliberalismo, no sul do continente, chegavam ao poder, pela primeira vez governos de esquerda, chamados de euro-socialistas: Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia. Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa. Dentre esses países do sul da Europa, a França é a principal economia. Nos concentraremos agora, em analisar o caso francês, que teve características singulares e emblemáticas.

III. O CASO FRANCÊS: A GUINADA RADICAL

III.1 O Estado Altamente Intervencionista

Historicamente, o Estado sempre teve um papel importante na industrialização francesa, seja atuando como protetor ou como empreendedor. Na Terceira República (1871 – 1940) nacionalizou empresas de comunicações e transportes como: a PTT - empresa de telefones, correios e telégrafos -, as Estradas de Ferro e a Air France. Após a Segunda guerra Mundial, o governo Francês intensificou o seu intervencionismo, o que foi chamado de “neo-colbertisme ou dirigisme”.

O dirigismo parecia ser a única resposta para se modernizar uma Economia que havia sofrido anos de ocupação estrangeira e uma guerra dentro de seu próprio território. Não havia confiança por parte dos empresários - alguns haviam até colaborado com os nazistas -, para se realizar os grandes investimentos necessários à transformação do parque industrial. O milagre econômico da Quarta República (1945 - 1958) , foi uma consequência de um planejamento estatal e de um processo de nacionalização de empresas sem precedentes na História francesa. Houveram dois tipos de nacionalização, uma que indenizava aos empresários donos de empresas consideradas essenciais para a reconstrução da França, tais como: grandes Bancos,

companhias de seguro, companhias de gás e energia elétrica. E outra que confiscava as propriedades de colaboradores dos alemães, como foi o caso da nacionalização da Renault e das companhias de Petróleo.

Sob a presidência do General De Gaulle no começo da Quinta Republica em 1959, a política estatal passou a focar a criação de “national champions” , ou seja, a criação de grande conglomerados industriais capazes de aumentar a competitividade internacional das empresas francesas. Assim, houve a criação de algumas empresas estatais em áreas consideradas estratégicas como aeroespacial e informática e processos de reestruturação e verticalização como por exemplo a aquisição da rede de Hotéis Meridien pela Air France. E, ao mesmo tempo em que as empresas públicas iam se tornando maiores, o governo francês encorajava empresas privadas à aumentarem horizontalmente e verticalmente através de subsídios, garantias especiais para o comércio exterior e crédito facilitado. O governo se envolveu também com grandes projetos, como a construção do aeroporto Roissy e do Canal Rhine-Rhône. Esses projetos apesar de muito criticados na época, ajudaram a França a desenvolver sua infra-estrutura.

Na década de 70 sob os governos de Pompidou e Giscard d’Estaing , o dirigismo, que primava pelo planejamento setorial, deu lugar a uma política de intervenção dia-a-dia. As empresas estatais estavam se tornando cada vez mais interligadas a empresas privadas, criando uma espécie de joint venture entre elas. A preocupação do governo com a competitividade internacional das empresas continuava, principalmente com as possíveis concorrentes Alemãs e Italianas dentro da Comunidade Econômica Européia. Alguns novos setores, vistos como estratégicos foram incentivados, como telecomunicações e a indústria Bélica. No entanto, os anos de ouro haviam acabado, o governo socorria algumas empresas à beira da bancarrota, mais para evitar o

desemprego do que para reorganizar suas estruturas. O resultado era a disputa das verbas governamentais por parte dos grupos de interesse, que lutavam entre si por fatias maiores do bolo. Num momento em que, em outros países, o capital estava reavaliando suas estratégias do pós-guerra, grande parte do empresariado francês ainda dormia no leme.

III.2 Políticas Macroeconômicas: A primeira tentativa neoliberal

A política macroeconômica que acompanhou o intervencionismo do Estado Francês após a Segunda guerra mundial não foi diferente de nenhum outro país capitalista avançado, sendo de forte inspiração keynesiana. Na França, o governo ainda dispunha de um outro instrumento poderoso, que era o controle do crédito, devido à maior parte do setor financeiro Francês ter sido abocanhado pelo Estado. Até o colapso do Sistema de Bretton Woods, o governo Francês foi quem mais abusou das desvalorizações de sua moeda, para aumentar a competitividade de seus produtos no exterior e proteger o mercado interno. Antes do primeiro choque do petróleo, a inflação era razoavelmente tolerada como uma consequência do crescimento econômico e das depreciações monetárias. Após 74, porém, a França viu a situação de seus indicadores macroeconômicos deteriorar sensivelmente

Em 1977, O governo de Giscard se encontrava numa situação difícil, as altas taxas de inflação tinham de ser baixadas, mas o governo não podia arriscar uma política deflacionária rígida e impopular, pois o desemprego já era elevado. O déficit comercial tinha de ser reduzido, mas não pelo recurso à desvalorização. O então primeiro ministro, Raymond Barre, lançou um plano de austeridade econômica de nítida influência monetarista. O plano almejava maior liberdade para os mercados, aumento dos lucros das corporações, rigor fiscal e monetário e desregulamentação da economia visando a

volta do espírito empreendedor. O plano não teve sucesso no controle dos gastos fiscais e da oferta monetária e a inflação continuou a subir. Enquanto isso, uma moeda sobrevalorizada encolhia as perspectivas de exportação de uma base industrial em muitos casos pouco competitiva. Mas Barre não se deu por vencido, em 1979, com a decisão do governo francês de entrar para o sistema monetário europeu, uma nova tentativa de conter a inflação foi feita, desta vez a idéia foi atrelar o franco francês ao marco alemão. Além disso, alguns preços mantidos sobre controle foram liberados e incentivos fiscais foram dados para estimular o mercado de ações - na tentativa de diminuir a dependência das empresas dos bancos. No entanto, no mesmo ano a economia sofreu o segundo choque do petróleo, o que gerou um forte déficit na balança comercial e impossibilitou a manutenção da moeda forte. A próxima intervenção monetarista, viria agora, pelas mãos mais insuspeitas, os Socialistas.

III.3 A chegada dos Socialistas ao poder

Nas proximidades da eleição presidencial de 1981, disputas políticas e rivalidades pessoais dividiam a direita. Esperando capitalizar o descontentamento com o governo de Giscard, Jacques Chirac se apresentou como candidato gaullista, e depois de ser relegado por Giscard a um mero terceiro lugar, ofereceu-lhe apenas um apoio morno no segundo turno. Mitterrand, concorrendo pelo PS - Partido Socialista -, havia conquistado apenas pouco mais de 1/4 dos votos no primeiro turno - Marchais, do PCF - Partido Comunista Francês -, somente 15%. No segundo turno, porém, um bom número de eleitores centristas descontentes se absteve ou mudou de posição para dar a vitória a Mitterrand. Para grande parte da esquerda, foi uma "surpresa divina". Mas foi saudada com grande celebração popular e mudou a atmosfera política no país da noite para o dia. Sem maior alvoroço, o novo presidente dissolveu a Assembléia.

As eleições legislativas, realizadas um mês depois, deram ampla maioria à esquerda. Os resultados revelaram a completa transformação no equilíbrio de forças entre os dois partidos da esquerda. O PS obteve 37,5% dos votos; o PCF, com 16,1%, ficou com menos da metade do total socialista. O sistema eleitoral converteu essa proporção numa predominância de sete para um dos deputados socialistas sobre os comunistas na Assembléia, onde o PS ganhou folgada maioria absoluta de assentos. O que, quatro anos antes, fora uma igualdade aproximada de posição transformara-se em esmagadora inferioridade do PCF.

O governo socialista que agora dirigia a França tinha recursos excepcionais à sua disposição. A Constituição da Quinta República confere enormes poderes a qualquer presidente que tenha maioria na Assembléia. Mitterrand, o que quer que se possa dizer dele, era um político forte e habilidoso, agora no completo controle de um partido ao qual estavam filiados quase 60% dos deputados. A direita estava confusa, dividida pelo modo como Giscard havia caído. A esquerda tinha à sua disposição um programa preparado durante muito tempo e de grande abrangência, para cujo cumprimento ela recebera um mandato popular muito claro. Embora atingida pelas pressões dos anos 70, a França era a segunda maior e mais rica economia da Europa e sua única potência nuclear inteiramente independente.

No entanto, as circunstâncias em que o socialismo tinha chegado ao poder encerravam, desde o início, perigos ocultos. O Programa Comum tinha sido eficaz como instrumento de mobilização e fonte de esperança. Mas suas propostas específicas não gozavam nem de compreensão nem de apoio amplos. Muitas das medidas com que a esquerda estava comprometida continuaram sendo mais slogans que projetos reais de reforma. O próprio PS eleito em 1981 estava consideravelmente à direita de uma

plataforma cujas origens remontavam a 1972. Suas posições de liderança estavam repletas de funcionários públicos ambiciosos, mais interessados em poder que em princípios. E, acima de tudo, o ambiente internacional era muito menos favorável à experimentação radical na França que em meados dos anos 70. Em 1981, a economia mundial não estava apenas numa recessão profunda. O cenário diplomático também havia dado uma forte guinada para pior. Com a presidência de Reagan, uma nova Guerra Fria se estabelecera, dominada por intensa atividade militar americana e pela mobilização da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para enfrentar a União Soviética, percebida como uma ameaça vocacionada para a expansão. Nem o cenário econômico, nem o diplomático, nem o cultural eram favoráveis a um governo da esquerda, apesar de todas as alavancas institucionais à sua disposição.

III.4 A diferença entre a retórica e a prática

Ao assumir o governo, Mitterrand pretendia aplicar o discurso socialista da campanha eleitoral. Haveria ampla estatização dos setores essenciais da economia francesa, e grandes mudanças nas relações industriais para aumentar o poder dos trabalhadores nas empresas. Um crescimento econômico mais rápido e equitativo iria permitir a expansão e a democratização dos programas sociais.

Essa era, sob muitos aspectos, uma visão socia-democrata clássica de um período anterior, quando a confiança na progressiva reconstrução do pós-guerra estava no auge, no final da década de 1940. Sua premissa fundamental era que o Estado nacional tinha suficiente poder sobre seu ambiente econômico para controlar e reorientar fluxos de capital para os canais apropriados.

Uma vez assegurado o controle do Legislativo, Mitterrand fez o que prometera. A estatização foi avassaladora: 90% do setor bancário e 1/3 da indústria, incluindo treze das maiores empresas do país, foram assumidos pelo Estado, que se tornou responsável por 60% de todo o investimento industrial e energético na França. Reformas trabalhistas deram aos sindicatos maior controle sobre as condições de trabalho, decretaram negociações salariais anuais e protegeram os "direitos de expressão" nas bases. Aprovou-se um ousado programa social redistributivo para estimular a demanda: o auxílio para as famílias com mais de um filho foi elevado entre 40% e 50%, as aposentadorias em 17,5%, o salário mínimo em 15%. Semana de trabalho mais curta, férias mais longas, aposentadorias antecipadas e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas foram introduzidas. Maiores verbas e maior relevo foram dados a pesquisa e desenvolvimento, atividade cultural, equidade de gêneros e educação.

No entanto, exatamente um ano depois, esse grande ímpeto reformista havia ido a pique. O governo de Mitterrand subestimara a debilidade do setor empresarial: muitos dos conglomerados estatizados tinham chegado à beira da insolvência. Deixara de desvalorizar o franco, por razões de prestígio mal explicadas. Acima de tudo, em sua tentação de crescimento, ignorara o ambiente à sua volta. O resultado de seu grandioso pacote de estímulo foi uma grave crise no balanço de pagamentos, pois a produção doméstica não foi capaz de acompanhar o aumento dos salários, a inflação acelerou-se e a demanda em alta acabou absorvendo uma avalanche de importações. A conta corrente passou do equilíbrio em 1980 para um déficit de quase 80 bilhões de francos dois anos depois .

Diante de tal situação, a partir de junho de 1982 o ministro da Fazenda, Jacques Delors, impôs uma inflexível austeridade, a que chamou de "rigueur". O franco foi

desvalorizado, reformas foram sustadas, os impostos subiram, as ambições de crescimento recuaram quase a zero, e medidas foram tomadas para desindexar os salários da inflação. O governo ainda fez esforços para cumprir seu compromisso de redistribuir renda para os mais pobres.

Mas, a nova austeridade não foi suficiente. Com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionando, o governo completou a virada de seu programa na primavera de 1983. O evento deflagrador foi, mais uma vez, uma crise da moeda, pois o déficit comercial com a Alemanha continuava a minar o franco. O regime socialista se via diante de uma escolha fundamental: ou realinhar o franco dentro do Sistema Monetário Europeu (SME), o que envolvia aceitar pressões alemãs sobre a política orçamentária francesa, ou sair por completo do SME, o que teria implicações negativas sobre a Comunidade Européia. Durante um curto período houve intenso debate e conflito dentro do governo. Os comunistas e alguns importantes ministros e conselheiros socialistas do presidente sustentaram que a economia francesa deveria ser dissociada do SME, com o uso de formas tácitas de proteção, no estilo italiano, para recompor o equilíbrio comercial, desenvolver uma ativa estratégia industrial e sustentar o mercado interno. Delors, apoiado pelo peso da opinião centrista, afirmava que esse era o caminho para a aventura nacionalista e o desastre: a disciplina competitiva da integração européia tinha de ser aceita, fosse qual fosse o custo a curto prazo para a França.

Após uma hesitação inicial, Mitterrand tomou decididamente o partido de Delors. O resultado foi uma alteração fundamental no rumo da França. Abandonando uma visão que dera prioridade aos interesses dos trabalhadores e dos pobres dentro de uma estratégia de regeneração nacional, o PS se voltou dali por diante para uma busca de participação no mercado internacional para as empresas Francesas. Questões sociais

domésticas passaram a ser secundárias. A modernização significava a invenção de um novo discurso. Este foi saudado pelo jornal parisiense Libération na época da chegada do Beaujolais de 1983 com a irreverente manchete: "Le Mitterrand nouveau est arrivé." O culto ao talento empresarial, à centralidade da empresa e ao dinamismo proporcionado por lucros crescentes cada vez mais deslocou o velho vocabulário de redistribuição, equidade social e justiça. Agora, a tarefa da economia mista da França era aperfeiçoar-se, racionalizar-se e mergulhar na tecnologia de ponta para lutar com americanos, alemães e japoneses. As empresas estatizadas, outrora encaradas como agências de justiça social e controle coletivo, foram reconceituadas como meras multinacionais. Os socialistas passaram a defender a racionalidade alocativa do mercado com novo entusiasmo.

A retórica refletiu uma rápida e dramática reviravolta nas diretrizes. O governo socialista agiu resolutamente para reduzir a inflação, num espírito de monetarismo realista e de devoção a um franco forte. Os déficits orçamentários foram eliminados e a parcela do gasto público do PNB foi acentuadamente reduzida, com o aperto subsequente dos programas sociais. Em 1984, o Estado deixou de investir na indústria do aço na Lorena e se recusou a salvar o conglomerado Creusot-Loire: verbas públicas não seriam mais utilizadas para manter o emprego em setores declinantes. As empresas estatizadas, com a missão de se tornarem competitivas, não eram exceção: o setor público tomou a frente do processo, eliminando dezenas de milhares de empregos.

As conseqüências sociais não tardaram a se fazer sentir. O desemprego tornou-se cada vez maior, pois regiões do cinturão industrial como o Nord-Pasde-Calais e a Lorena foram abruptamente desindustrializadas. Grande número de jovens - vítimas da demografia, da precedência dos mais velhos e de regras do direito - não conseguiram

sequer entrar no mercado de trabalho. Enquanto isso, reformas no mercado de capitais forneciam combustível para o maior boom da Bolsa de Paris na memória recente. As leis Auroux, que pretendiam democratizar a empresa, tornaram-se algo muito diferente, ao mesmo tempo em que o enfraquecimento dos sindicatos e a guinada governamental transformavam a estridente oposição capitalista em tolerância.

Em suma, a onda Neoliberal que varria a Europa não poupou nem a França socialista de Mitterrand. O que se seguiu, foi um aumento da ortodoxia liberal, devido à eleição em 1986 de um parlamento de maioria direita, que conduziu Jaques Chirac à condição de primeiro ministro francês.

IV. CONCLUSÃO

O que demonstraram a experiência francesa e as outras experiências, foi a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podiam rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais. Nem todas as social-democracias, bem entendido. Ao final dos anos 80, a Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal da Europa. E, fora do continente europeu, o Japão também continuava isento de qualquer pressão ou tentação neoliberal. Mas, nos demais países da OECD, as idéias da sociedade de Mont Pèlerin haviam triunfado plenamente. Poder-se-ia perguntar qual a avaliação efetiva da hegemonia neoliberal no mundo capitalista avançado, pelo menos durante os anos 80.

O neoliberalismo cumpriu as suas promessas? Vejamos o panorama de conjunto. A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países da OECD, a taxa de

inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continuou nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OECD caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Uma consequência negativa, no entanto, foi o aumento do desemprego generalizado. A taxa média de desemprego nos países da OECD, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80.. Finalmente, o grau de desigualdade, aumentou significativamente no conjunto dos países da OECD: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários.

Então, em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OECD. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante.

Qual seria a razão deste resultado paradoxal? Sem nenhuma dúvida, o fato de que apesar de todas as novas condições institucionais criadas em favor do capital – a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70. No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% anual nos anos 60, de 3,6% ao ano nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente.

Cabe perguntar porque a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nesse anos. Por outro lado- e este foi, digamos o fracasso do neoliberalismo -, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Embora o crescimento da proporção do produto nacional bruto consumida pelo estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou, de mais ou menos 46% para 48% do PNB médio dos países da OECD durante os anos 80. Duas razões básicas explicam este paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões.

BIBLIOGRAFIA

Allison, Graham, "Capitalist democracy in Britain",
Oxford: Oxford University Press, 1992

Bulcke, Samuel, "Multinationals in the EEC"
New Heaven: Yale University Press, 1992

Dyson, Kenneth, "After a dark golden age – Eastern Europe",
Londres: Sage, 1989

Hall, Peter A, "Developments in French Politics",
Nova Iorque: Oxford University Press, 1986

Hayward, Jack, "Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France", Londres: JAI press, 1989

Hogwood, Brian, "Inflation and the monetarism controversy",
Cambridge: Cambridge University Press, 1993

Meisel, James, "The golden age of capitalism",
Nova Yorque: Praeger, 1991

Miliband, Ralph, "The building of a new American State",
Nova Yorque: Free press, 1992

Mitchell, Timothy, "The limits of the state: Beyond statist Approaches",
Boston: Beacon Press, 1993

Richardson, Jeremy, "Europe's new Public Enterprises"
Oxford: Oxford University Press, 1993

Truman, David, "Modern capitalism: The changing balance of public and private power"
Cambridge: Harvard University Press, 1987

Turner, Lowell, "The end of Laissez-faire"
Londres: Sage, 1995

Wilson, Graham, "Full employment after war"
Chicago: Chicago University Press, 1994